

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 150 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

- | | |
|---|--|
| <p>1 A vida humana selvagem, as culturas arcaicas e tradicionais, a sociedade pré-técnica tanto quanto a sociedade industrial, a era tecnológica e o processo de globalização</p> <p>4 carregam seus respectivos sentidos éticos. Esses sentidos surgem ora de forma explícita, ora como uma semente desconhecida que, em um dia longínquo, se transformará no</p> <p>7 <i>ethos</i> total e universal. Trata-se de uma exigência gravada misteriosamente no espírito humano, que busca a plena harmonia com o cosmos.</p> <p>10 Não importam nem as circunstâncias históricas nem os diferentes nomes que a acompanharam: a ética tem sido como que uma forma de consciência das sociedades</p> <p>13 humanas, iluminadora dos caminhos a serem seguidos em busca de um ideal de perfeição que, apesar de todas as suas relatividades, está sempre à procura de algo universal e</p> <p>16 duradouro, acima dos particularismos e das vicissitudes do cotidiano.</p> <p>Eis por que, sob todas as facetas, o <i>ethos</i> humano</p> <p>19 busca construir a sua identidade e, ao mesmo tempo, afirmar os contornos da sua universalidade, na antevisão de uma sociedade perfeita. A ética é perene porque nos aponta o</p> <p>22 caminho da realização do ser humano em suas relações com os semelhantes e com o mundo à sua volta, por meio da consideração radical daquilo que se convencionou chamar de</p> <p>25 direitos e deveres dos indivíduos e das sociedades.</p> <p>José de Ávila Aguiar Coimbra. Perenidade de uma ética sem fronteiras. In: Fronteiras da ética. São Paulo: SENAC, 2002, p. 25 (com adaptações).</p> <p>Acerca do texto acima e de conhecimentos extratextuais relacionados ao tema nele abordado, julgue os itens a seguir.</p> <p>1 O texto defende a idéia de que a ética pode tornar-se suficientemente relativa para pulverizar-se em múltiplas vertentes que, opostas entre si, correspondam à diversidade da natureza humana.</p> <p>2 A inserção de vírgula imediatamente após a palavra “globalização” (l.3) manteria as relações sintáticas e a correção gramatical do período.</p> | <p>3 Em “os diferentes nomes que a acompanharam” (l.11), o pronome “a” constitui elemento coesivo e se refere, de forma antecipada, à palavra subsequente — “ética” (l.11).</p> <p>4 Em “tem sido como <u>que</u>” (l.11-12), o termo sublinhado pode ser eliminado sem prejuízo para a correção gramatical do período.</p> <p>5 Na linha 23, o emprego do sinal indicativo de crase na expressão “mundo à sua volta” é obrigatório e está relacionado à presença da preposição “com”, que antecede essa expressão.</p> <p>6 O pronome “daquilo” (l.24) pode ser substituído, sem prejuízo para a correção gramatical do período, por do ou por de tudo.</p> <p>7 A crise de valores que caracteriza os tempos atuais, com todas as suas implicações éticas, é uma das conseqüências das profundas e rápidas transformações — materiais e comportamentais — que envolvem a sociedade contemporânea.</p> <p>8 A consciência de que a natureza tem seus limites e de que sua exploração desordenada põe em risco a própria vida no planeta vai impondo um novo padrão ético à sociedade contemporânea em suas relações com o meio ambiente.</p> <p>9 Mais e mais, nos dias de hoje, aceita-se a noção de que crimes cometidos pelos detentores do poder em determinado país somente nele deverão ser julgados. Para os especialistas, trata-se de uma nova ética nas relações internacionais, assentada na defesa intransigente da soberania nacional.</p> <p>10 Nos termos utilizados no texto, a construção da identidade do <i>ethos</i> humano, respeitados os contornos de sua universalidade, “na antevisão de uma sociedade perfeita”, é o que, na prática, a atual globalização promove, com seus caminhos e efeitos simétricos.</p> |
|---|--|

1 Há mais de 150 anos, em setembro de 1845, o
4 Instituto dos Advogados Brasileiros pela primeira vez
manifestava-se favorável à melhoria das condições dos
7 escravos no Brasil. Na década de 60 do século dezenove,
intensificaram-se as discussões. O Senado Federal brasileiro
sempre trilhou os caminhos abolicionistas. A escravidão dos
negros foi abolida há mais de um século; entretanto, ainda
que não prevaleça o critério racial, continuamos a ser
testemunhas do trabalho escravo em nosso país.

10 Cabe ressaltar que, na atualidade, o problema do
trabalho escravo continua estreitamente vinculado à questão
agrária no Brasil. O processo de arregimentação dos
13 trabalhadores é o seguinte: na época da derrubada das matas
e da limpeza dos pastos, várias fazendas contratam homens
(às vezes, são pistoleiros) que se apresentam como
16 empreiteiros. Esses empreiteiros são conhecidos como *gatos*.
São eles que entram em contato com os trabalhadores rurais,
geralmente pessoas jovens, sem outras oportunidades de
19 emprego e sem notícia das atrocidades naquelas fazendas.

Aos poucos, descobrem a verdade: o contrato de
trabalho será quebrado, isto é, um salário inferior lhes será
22 pago. Além disso, a comida, quando não é fornecida pelo
próprio *gato*, deve ser comprada no armazém da fazenda, a
preços extorsivos. Ademais, os alojamentos estão sempre em
25 condições insalubres e não existem instalações sanitárias.
Ainda assim, uma espécie de “taxa pelo alojamento” é
descontada do salário. Desse modo, quanto mais as pessoas
28 trabalham, mais ficam devendo ao fazendeiro. Não existe
possibilidade de deixar o local antes de pagar as dívidas, uma
vez que o proprietário da terra, ou mesmo o *gato*, mantém
31 um pequeno exército particular com ordens para perseguir,
punir e até matar, se for necessário, quem tentar fugir dessa
situação.

Eneá de Stutz e Almeida. *Trabalho escravo e reforma agrária – solução jurídica*.
Internet: <<http://www.wkve.com.br/forumjuridico/artigo6.htm>> (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, relativos às estruturas linguísticas
do texto acima e a conhecimentos extratextuais relacionados ao
tema nele enfocado.

- 11 A forma verbal **manifestou-se**, no lugar de “manifestava-se” (ℓ.3), prejudicaria a coerência textual e a correção gramatical do período.
- 12 Na linha 3, o que determina a exigência de sinal indicativo de crase na expressão “à melhoria” é a presença da forma verbal “manifestava-se”, que antecede essa expressão.
- 13 A preferência estilística pela primeira pessoa do plural em “continuamos” (ℓ.8) e em “nosso” (ℓ.9) justifica-se por tornar o texto mais interativo e incluir o leitor como participante das afirmações do texto.
- 14 Embora tardia, a abolição da escravidão no Brasil se fez acompanhar de medidas viabilizadoras da inserção da mão-de-obra recém-libertada no mercado de trabalho e nos caminhos da cidadania.
- 15 O fato de nenhum proprietário rural pego em flagrante utilização de trabalho escravo em suas terras ter sofrido algum tipo de condenação é, provavelmente, fator de estímulo à continuidade dessa forma de exploração de trabalhadores no Brasil.
- 16 Cresce, no Brasil dos dias atuais, a luta empreendida pelo poder público e pela sociedade para erradicar o trabalho escravo — em suas distintas manifestações — e a exploração ilegal do trabalho infantil.

1 Estudo do Banco Mundial (BIRD) sobre políticas
fundiárias em todo o mundo defende que a garantia do direito
4 fundiário — principalmente o sistema de arrendamento —
são fatores fundamentais para facilitar o acesso à terra e
promover o crescimento econômico.

7 Sobre a reforma agrária, o BIRD conclui que ela tem
produzido resultados divergentes, citando como exemplos
positivos o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan, que realizaram
10 reformas logo após a Segunda Guerra Mundial (1939-45).
Por outro lado, a reforma agrária tem fracassado na América
Latina.

13 De acordo com o BIRD, a falta de políticas claras
sobre o uso da terra tem gerado conflitos em vários países,
como Camboja, Colômbia, Zimbábue e Costa do Marfim.

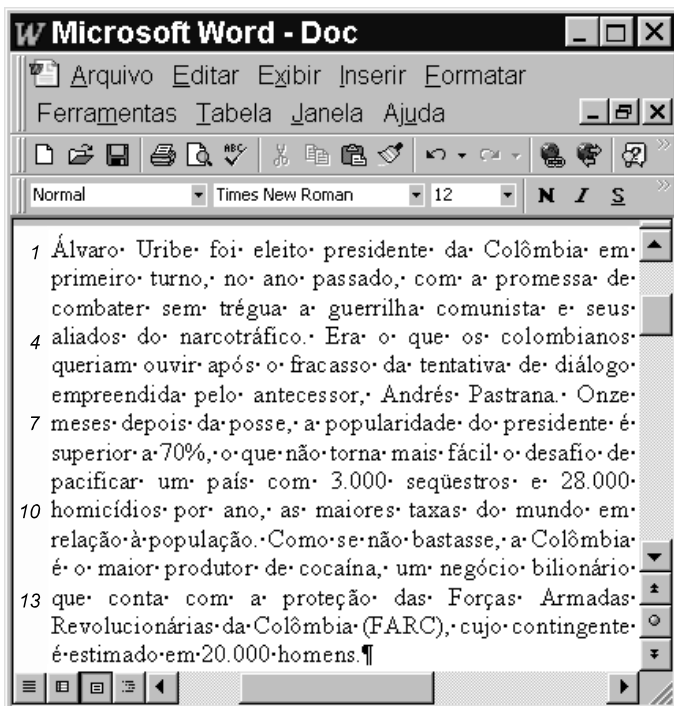
16 Por outro lado, em países onde há políticas voltadas
para a garantia da posse da terra e para a facilitação de
transações fundiárias, tem melhorado o acesso de pessoas
19 pobres a um pedaço de terra. São exemplos: China, México,
Tailândia e Uganda.

Coordenado pelo economista alemão Klaus
22 Deininger, o projeto Políticas Fundiárias para Crescimento
e Redução da Pobreza levou três anos para ser concluído e é
o primeiro do gênero financiado pelo Banco Mundial desde
25 1975.

Fabiano Maisonnave. *Mundo. In: Folha de S. Paulo*, 20/6/2003, p. A11 (com adaptações).

Com referência ao texto acima e considerando a abrangência do
tema que ele focaliza, julgue os itens seguintes.

- 17 As regras de regência da norma culta exigem o emprego da preposição “a” imediatamente antes de “pessoas pobres” (ℓ.3) para que se complemente sintaticamente o termo “garantia” (ℓ.2).
- 18 O emprego do tempo verbal em “tem produzido” (ℓ.7-8), “tem fracassado” (ℓ.11) e “tem gerado” (ℓ.14) reforça, no texto, a idéia de repetição de atos com continuidade até o presente.
- 19 É gramaticalmente obrigatório o emprego da forma verbal no singular em “levou três anos” (ℓ.23) por se tratar de verbo impessoal.
- 20 As atuais dificuldades para a implementação da reforma agrária no Brasil podem ser explicadas, em larga medida, pelo atraso com que o país começou a discussão desse tema, algo iniciado apenas na década passada.
- 21 Citado no trabalho do BIRD, o Japão não precisou fazer sua reforma agrária para se desenvolver, talvez pela exigüidade de seu território e pelo fato de que o país é, em verdade, não mais que um conjunto de ilhas.
- 22 De uma forma geral, é correto afirmar que o fracasso da reforma agrária na América Latina, constatado pelo estudo do BIRD, vincula-se, em grande parte, à vigorosa oposição que contra ela movem os setores mais conservadores dos proprietários rurais.
- 23 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é, nos dias atuais, a mais conhecida e importante organização social brasileira voltada para a defesa da reforma agrária no país.
- 24 Ao citar como exemplos países situados na Ásia, na América Latina e na África, o relatório do BIRD demonstra que a indefinição política acerca do uso da terra não é exclusividade de uma região.



A figura acima mostra uma janela do Word 97 com parte de um texto extraído e adaptado da revista **Veja** de 16/7/2003. A partir dessa janela do Word 97 e considerando não só o texto nela contido mas também as múltiplas faces do tema por ele focalizado, julgue os itens a seguir.

- 25 Por meio da opção Substituir, encontrada no menu **Edit**, é possível modificar a formatação da fonte em uso no termo “Colômbia” para o estilo itálico em negrito em todas as ocorrências desse termo no documento.
- 26 No Word 97, é possível formatar uma página do documento para duas colunas e as demais páginas para uma coluna. Para isso, é necessário definir a página como uma seção do documento e utilizar a opção Colunas, encontrada no menu **Formatar**.
- 27 Para que sejam adicionadas, em todas as páginas, a data e a hora de elaboração do documento em edição, é necessária a utilização de funcionalidades encontradas no menu **Ferramentas**.
- 28 Pela sua formação, a palavra “empreendida” (l.6) faz parte de um grupo de palavras, como **apreendida** ou **repreendida**, que comprova que as preposições da língua portuguesa podem servir como prefixos na formação de novos vocábulos.
- 29 Ao empregar “não torna mais fácil” (l.8), em lugar de **torna mais difícil**, o autor sugere que o “desafio”, mencionado a seguir, é fácil.
- 30 No texto, “cujo” (l.14), pronome do uso culto da língua, corresponde à forma mais coloquial, mas igualmente correta, **do qual**.
- 31 A respeito da Colômbia, é correto afirmar que, com a posse de Uribe, o país mergulhou em uma guerra civil de grandes proporções, o que explica suas elevadas taxas de seqüestros e de homicídios, que lhe conferem uma incômoda liderança mundial.

- 32 Sabe-se, hoje, que a decisão das FARC de plantar a coca, refiná-la e distribuí-la pelos mercados consumidores mundiais foi decisiva para manter de pé a guerrilha colombiana.
- 33 Recente mal-estar diplomático entre Brasil e França teve origem na tentativa francesa de, a partir do território brasileiro e sem a devida autorização, resgatar do seqüestro uma personalidade colombiana, também detentora de nacionalidade francesa, ex-candidata à presidência da República da Colômbia.
- 34 O Plano Colômbia, que gerou celeuma na América Latina, significa, entre outras medidas, a robusta injeção de dólares, equipamentos e assistência técnica — especialmente por parte dos Estados Unidos da América (EUA) — com vistas ao combate ao narcotráfico e à guerrilha nesse país amazônico.

1 Dado o tamanho da China e o ritmo de seu crescimento, provavelmente em breve o yuan não será mais uma simples moeda de um país em vias de desenvolvimento.

4 Sua espetacular abertura econômica foi bem-sucedida porque, a partir dos anos 80 do século XX, ela começou a executar políticas que se constituíram em rede de segurança

7 para os que seriam mais atingidos pela modernização. Quando (e se) ela caminhar para um regime político mais adequado com respeito aos direitos individuais, teremos

10 quatro moedas-reserva: o dólar, o euro, o iene e o yuan.

Um mundo multipolar está em vias de gestação no campo econômico, a despeito de toda a superioridade bélica norte-americana. É apenas uma questão de tempo, por exemplo, para que os EUA entendam que não podem assistir impassíveis à morte de seus jovens abandonados nos países

16 ocupados. Isso foi possível no passado.



Hoje, com a prestação de contas que a televisão faz de hora em hora, o custo político dessa hegemonia militar é muito alto. De fato, é insuportável. É preciso insistir, portanto, na política da lógica da paciência e da moralidade que encontra apoio nos organismos multilaterais.

Antônio Delfim Netto. *Sextante*. In: *CartaCapital*, p. 14 (com adaptações).

Considerando o texto acima e o tema por ele abordado, julgue os itens subsequentes.

- 35 Pelos mecanismos de coesão textual, “ela” (l.5) tanto pode referir-se a “China” (l.1) como a “uma simples moeda” (l.3).
- 36 Mantém-se a correção gramatical e as relações semânticas do texto ao se reescrever o período “Um (...) norte-americana” (l.11-13) como: **A despeito de toda superioridade bélica norte-americana, está prestes a gestar-se no campo econômico, um mundo multipolar.**
- 37 Na opinião do ex-ministro da Fazenda e atual deputado federal por São Paulo, a pujança econômica chinesa é razão necessária, mas não suficiente, para que o yuan se transforme em moeda-reserva mundial.
- 38 Tudo leva a crer, diz Delfim Netto, que a incontestável superioridade militar norte-americana garantirá, por bastante tempo, a unipolaridade econômica mundial representada pelos EUA.

Um usuário da Internet acessou, por meio do Internet Explorer 6, o sítio do TST — <http://www.tst.gov.br> —, com o objetivo de realizar consulta relacionada a processo de seu interesse, e, após algumas operações nesse sítio, obteve a página mostrada na figura ao lado, cujo URL está indicado no campo **Endereço**. Para que a consulta seja realizada com sucesso, é necessário que os campos indicados na página sejam preenchidos, devendo-se, em seguida, clicar o botão **Consulta**, ação que dá início a um processo de *upload* ao sítio do TST que tratará essas informações. Após esse tratamento, informações acerca do processo desejado, caso existam, retornarão ao usuário, em um processo de *download*. Acerca de conceitos relacionados à Internet e ao Internet Explorer 6, considerando a situação descrita e a figura apresentada, julgue os itens abaixo.

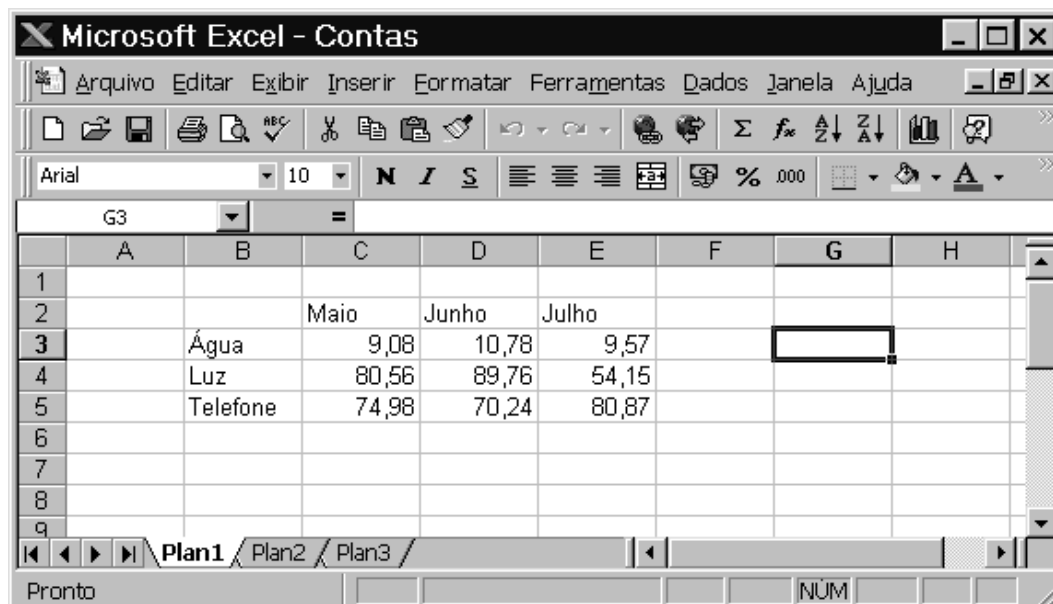
- 39 O símbolo , no canto inferior direito da janela apresentada, indica a existência de um enlace exclusivo e permanente entre o computador do usuário e o sítio do TST. Por isso, todas as informações de *download* e de *upload* transitarão sempre pelo mesmo caminho lógico e físico na rede mundial de computadores, o que permite aumentar as taxas de transmissão nas comunicações entre as máquinas envolvidas no acesso descrito acima.
- 40 Caso o acesso acima descrito esteja se realizando em uma rede ADSL e, ao se clicar o botão **Consulta**, o sítio do TST tenha entrado em pane, não permitindo o acesso por parte de quaisquer usuários, o Internet Explorer 6 armazenará as informações de *upload* e tentará periodicamente fazer o envio das informações até obter o sucesso desejado. O intervalo para novas tentativas deve ser configurado por meio de Opções da Internet, do menu **Ferramentas**.
- 41 Caso deseje transferir automaticamente as informações obtidas no processo de *download* descrito acima diretamente para um arquivo Word, para posterior edição, o usuário deverá, antes de clicar o botão **Consulta**, configurar esse procedimento por meio do botão .

- 1 JBE — Por que o desenvolvimento sustentado pode tornar quem já é socialmente excluído em alguém ambientalmente excluído?
- CFL — Os modelos de sustentabilidade enfatizam aspectos que minimizam os efeitos ambientais do desenvolvimento econômico sem questionar a lógica do livre mercado globalizado. Afirmam que é preciso rever os padrões de consumo vigentes, mas não associam tal dimensão ao processo produtivo, que exige uma utilização intensa, diferenciada e rápida dos bens naturais. Além disso, a Agenda 21 defende a cooperação e o consenso de modo idealizado. Buscar consensos ignorando os conflitos é impor verdades das classes dominantes a quem está excluído do processo produtivo formal e de decisão política. Defender a cooperação diante de relações internacionais tão desiguais de poder econômico, militar e político é acreditar romanticamente que os “países centrais” querem a salvação do planeta para o benefício de todos indistintamente.

Ana Diniz. In: **JB Ecológico**, 16/4/2003, p. 21 (com adaptações).

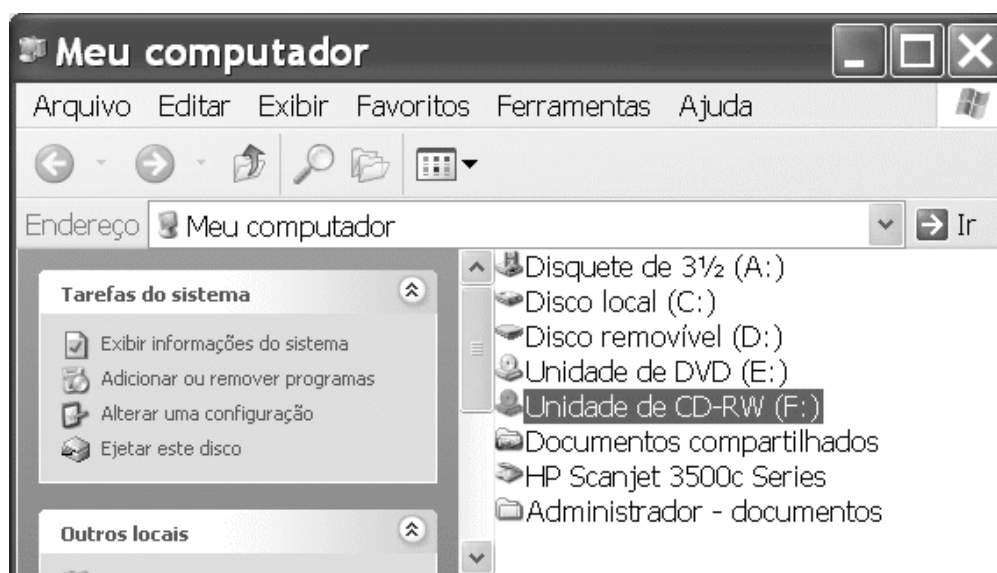
A partir do texto acima — parte de uma entrevista concedida por Carlos Frederico Loureiro (CFL) ao **JB Ecológico** (JBE) — e considerando a abrangência do tema por ele tratado, julgue os itens seguintes.

- 42 Se a expressão “Os modelos de sustentabilidade” (l.2) fosse empregada no singular, seria obrigatório o emprego de “enfatizam” (l.2), “Afirmam” (l.3) e “associam” (l.4) também no singular, para que fossem respeitadas as regras de concordância verbal.
- 43 A forma verbal “é” (l.7) está empregada no singular porque o sujeito da oração em que ocorre é um sujeito oracional simples.
- 44 O último período do texto, por sua formalidade e principalmente por sua objetividade, é adequado para integrar um ofício entre autoridades.
- 45 Infere-se do texto que, sob o ponto de vista do entrevistado, os padrões de consumo que imperam no mundo de hoje são os maiores responsáveis pelos efeitos ambientais danosos decorrentes do desenvolvimento econômico.
- 46 O que a realidade contemporânea mostra é que os países mais ricos estão começando a compreender a necessidade da cooperação entre todos para a preservação do meio ambiente e tendem a agir nessa direção, com o que concorda plenamente o entrevistado.



A figura acima mostra uma janela do Excel 97, com uma planilha que contém despesas, em reais, de um usuário, referentes a três meses de um determinado ano. Com relação a essa figura e ao Excel 97, julgue os itens que seguem.

- 47 Para se calcular, em reais, a média dos gastos com água nos três meses mostrados, e pôr o resultado na célula F3, é suficiente realizar o seguinte procedimento: clicar a célula F3; digitar a expressão C3,D3,E3; clicar ; digitar /3 e, em seguida, teclar .
- 48 Para se copiar o conteúdo da célula B3 para a célula F3, é suficiente realizar a seguinte sequência de operações: clicar a célula B3; pressionar e manter pressionada a tecla ; teclar ; liberar a tecla ; clicar a célula F3; pressionar e manter pressionada a tecla ; teclar ; liberar a tecla .



A figura acima mostra a janela **Meu computador** do Windows XP. Com relação a essa janela e ao Windows XP, julgue os itens subsequentes.

- 49 Para se visualizar o conteúdo do disco E:, é suficiente clicar o botão .
- 50 Para se visualizar o conteúdo do disco C:, basta aplicar um clique duplo sobre Disco local (C:).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O sindicato dos servidores públicos de determinada localidade, legalmente constituído e em funcionamento havia seis meses, apresentou, no início de 2003, denúncia ao Tribunal de Contas da União (TCU) acerca das seguintes supostas irregularidades que teriam ocorrido no âmbito do tribunal regional do trabalho (TRT) daquela região:

– celebração de contrato de reforma de gabinete de juiz sem prévia dotação orçamentária específica, com utilização, sem autorização legislativa, de recursos previamente destinados à aquisição de computadores;

– aquisição, sem o devido processo licitatório, de veículos luxuosos de representação;

– nomeação de parentes de juizes do TRT sem vínculo com o serviço público (não-ocupantes de cargo efetivo) para funções de confiança.

A respeito da situação hipotética acima, julgue os itens subseqüentes.

- 51** O TCU não deverá tomar nenhuma atitude, uma vez que a Constituição da República estabelece que, para deter legitimidade para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o TCU, o sindicato deve ter sido legalmente constituído e estar em funcionamento há pelo menos um ano.
- 52** A celebração do contrato de reforma do gabinete, da forma como foi denunciada, fere dispositivos constitucionais que proíbem expressamente o início de programas ou projetos não-incluídos na lei orçamentária anual e a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra.
- 53** O texto constitucional não proíbe expressamente a aquisição de veículos luxuosos de representação pelos tribunais; todavia, estabelece que, ressalvados os casos especificados na legislação, obras, serviços, compras e alienações deverão ser contratados mediante processo de licitação pública.
- 54** Os atos de nomeação aludidos são inconstitucionais, pois, apesar de a Constituição da República não vedar expressamente a contratação de parentes de juizes para exercer funções e cargos de confiança nos tribunais, ela estabelece que as funções de confiança devem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- 55** O TCU tem competência para, mediante denúncia legalmente formulada, sustar, por ato próprio e de imediato, a execução do contrato de reforma referido, devendo, logo após, comunicar a deliberação à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, a quem compete decidir, em última instância, pela manutenção ou não do ato de sustação.

No início de 2003, determinado município editou lei, estabelecendo que, até a edição de lei federal regulamentadora da matéria, a remuneração horária do serviço extraordinário prestado pelos servidores públicos municipais seria superior em 20% à da hora normal. Alguns servidores públicos municipais, contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ingressaram com ação judicial contra o município.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 56** A decisão municipal fere a Constituição da República, que garante, entre os direitos sociais dos trabalhadores em geral e também dos servidores públicos de qualquer esfera de governo, que a remuneração do serviço extraordinário deve ser superior, no mínimo, em 50% à do normal.
- 57** A lei municipal mencionada padece de vício de inconstitucionalidade, uma vez que invade esfera de competência legislativa da União, a quem compete privativamente legislar sobre qualquer matéria atinente a direito do trabalho, ainda que envolva somente servidores públicos municipais.
- 58** Tratando-se de servidores públicos municipais, a competência para processar e julgar originariamente a ação judicial mencionada é da justiça comum estadual, ainda que no município exista vara especializada da justiça do trabalho.
- 59** A lei municipal mencionada não se sujeita ao controle abstrato de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, seja por meio de ação direta de inconstitucionalidade, seja por ação declaratória de constitucionalidade.
- 60** A norma constitucional que estabelece o valor da hora extraordinária é auto-aplicável, prescindindo a sua eficácia de qualquer norma regulamentadora infraconstitucional, pois a Constituição da República estabelece expressamente que as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

Julgue os itens a seguir, acerca de atos administrativos e serviços públicos.

- 61** É exemplo de ato vinculado a assinatura do termo de parceria, que qualifica as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como organizações da sociedade civil de interesse público. Não pode, nesse caso, a administração deixar de conceder tal qualificação às entidades que tenham cumprido os requisitos instituídos pela Lei n.º 9.790/1999.
- 62** Serviços públicos adequados, de acordo com a legislação vigente, são os que satisfazem as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, enquanto a generalidade está ligada à melhoria e à expansão do serviço.

63 O trânsito em julgado de sentença condenatória por sonegação de contribuições sociais é uma das causas para a declaração da caducidade da concessão, que deve ser precedida de verificação da inadimplência da concessionária, em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

64 A apreciação, no âmbito judicial, da existência de pressupostos de fato e de direito que tenham determinado a realização de ato administrativo, seja discricionário, seja vinculado, representa um controle de legalidade, haja vista a consagração do sistema de jurisdição única no ordenamento jurídico brasileiro.

65 Caso haja previsão no contrato de concessão de serviço público e autorização do poder concedente, é admitida a subconcessão, atentando-se para o fato de que o subconcessionário se sub-rogará em todos os direitos e obrigações da subconcedente dentro dos limites da subconcessão, que poderá ser outorgada de acordo com os critérios de oportunidade e conveniência estabelecidos pelo próprio subconcedente.

Com relação aos agentes administrativos e à atividade da administração pública, julgue os itens a seguir.

66 Considere a seguinte situação hipotética.

Márcia, servidora pública titular de cargo efetivo federal, exerce suas atribuições em repartição localizada em Pelotas – RS. Luís, seu marido, servidor do Poder Executivo do governo do estado do Rio Grande do Sul, foi deslocado, no interesse da administração, para trabalhar no escritório de representação mantido na capital federal.

Nessa situação, Márcia não tem direito à remoção a pedido, haja vista seu esposo pertencer a outra esfera de governo.

67 Considere a seguinte situação hipotética.

Em determinada repartição federal, foi aberta sindicância com vistas a apurar autoria e materialidade acerca de diversas irregularidades cometidas no setor. Durante a sindicância e a pedido da comissão, a autoridade instauradora, por medida cautelar, afastou do exercício do cargo, por trinta dias, o servidor Osvaldo, sem prejuízo de sua remuneração, prazo previsto para a conclusão da sindicância, a fim de que este não influísse na apuração dos fatos.

Nessa situação, o afastamento era previsto e poderia ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessariam seus efeitos, ainda que não estivesse concluída a sindicância.

68 Não há necessidade de se comprovar má-fé do servidor na acumulação ilegal de cargos, se a ele foi dada oportunidade para exercer o direito de opção por um dos cargos e ele se omitiu.

69 Considere a seguinte situação hipotética.

Carlos é servidor público titular de cargo efetivo federal e exerce suas atribuições em órgão localizado em Brasília – DF. Toda a sua família, entretanto, tem domicílio em Palmas – TO, situação que o estimulou a candidatar-se a deputado estadual desse estado. Após sua escolha na convenção partidária, requereu licença sem remuneração e, por fim, foi eleito com votação expressiva.

Nessa situação e de acordo com o regime jurídico do servidor público federal, Carlos terá direito a ajuda de custo destinada a compensar despesas de transporte e instalação após a diplomação.

70 São alguns dos princípios expressos do processo administrativo: legalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público.

Quanto aos direitos reais sobre coisa alheia, julgue os itens abaixo.

71 Não se configura a servidão quando o prédio dominante e o prédio serviente pertencem ao mesmo dono.

72 No usufruto, o direito de dispor da coisa remanesce em favor do nu-proprietário, enquanto o seu proveito econômico é revertido em benefício do usufrutuário.

Acerca do adimplemento e da extinção das obrigações, julgue os seguintes itens.

73 Sendo a compensação uma das formas de extinção das obrigações e, portanto, norma cogente, não podem as partes acordar a sua exclusão nem podem a ela renunciar.

74 Pode o devedor, mediante consignação em estabelecimento bancário, adimplir a obrigação, desde que o objeto da prestação seja passível de depósito bancário e que sejam satisfeitos os demais requisitos legais.

Em relação ao direito de propriedade, julgue os itens subsequentes.

75 Perde-se a propriedade por alienação quando o proprietário, por vontade própria, onerosamente transfere a outrem o seu direito sobre a coisa.

76 O registro do título de aquisição do domínio de um bem imóvel no cartório de registro de imóveis gera a presunção absoluta e indestrutível da propriedade.

Com referência aos contratos, julgue os itens a seguir.

77 O princípio da boa-fé objetiva impõe não somente o dever de cumprir a obrigação principal mas também o de cumprir as obrigações acessórias, entre elas o dever de prestar as informações necessárias ao outro contratante desde a fase pré-contratual.

78 Nos contratos comutativos, qualquer das partes, com fundamento na teoria da imprevisão, pode requerer a revisão das cláusulas contratuais, no caso de onerosidade excessiva de uma das prestações, por motivo não-previsto pelos contratantes.

Acerca da responsabilidade civil, julgue os itens subsequentes.

79 O novo Código Civil prevê a obrigação de reparar objetivamente o dano fundamentado na teoria do risco criado pela atividade normalmente exercida pelo agente que é potencialmente geradora de riscos a direitos ou interesses alheios.

80 Com relação à responsabilidade civil indireta dos pais pelos danos causados pelos filhos menores que estiverem em sua companhia, a culpa atribuída ao imputado é presumida, cabendo o ônus da prova ao lesado, não só quanto ao ato praticado pelo menor como quanto à culpa *in vigilando* do imputado.

Acerca da competência, julgue os itens a seguir.

- 81** Reconhecida a incompetência absoluta do juízo, todos os atos decisórios por ele anteriormente proferidos são considerados nulos, devendo o juiz a quem os autos forem remetidos reexaminar as questões. Já os atos processuais sem conteúdo decisório, especialmente os instrutórios, não precisam ser refeitos, salvo se o outro julgador entender imprescindível repetir a prova.
- 82** É competente o foro da situação do imóvel para a ação de manutenção de posse. No entanto, por se tratar de competência territorial, pode ser modificada por acordo tácito ou expresso entre as partes.
- 83** Se o imóvel se achar situado em mais de um estado ou comarca contígua, será competente o foro do juízo correspondente ao local onde se encontra a maior extensão do bem.

Acerca do litisconsórcio, da assistência e da intervenção de terceiro, julgue os itens subsequentes.

- 84** O litisconsórcio passivo facultativo é admissível quando, além de cumprir os requisitos legais exigíveis, não comprometer a rápida solução do litígio nem dificultar a defesa.
- 85** No litisconsórcio necessário, é admissível a limitação quando o número de litisconsortes no processo for alto a ponto de dificultar a defesa, caso em que o juiz pode determinar o desdobramento das ações.
- 86** O terceiro que tiver interesse jurídico em que uma das partes vença a ação pode intervir como assistente simples, assumindo a posição de autor ou réu, razão por que está autorizado a aditar a inicial e a reconvir.

Em relação ao processo e ao procedimento, julgue os itens seguintes.

- 87** É nula a citação por hora certa em que o réu for procurado em endereço errôneo, ainda que o imóvel esteja em seu nome e ali resida sua ex-mulher.
- 88** A petição inicial, peça inaugural do processo civil em que o autor narra os fatos, estabelece seu pedido e a causa de pedir, não necessita ser instruída com documentos referentes à prova dos fatos articulados, já que estes somente deverão ser juntados após o despacho saneador, quando se inaugura a fase instrutória do feito.

Quanto aos recursos, julgue os itens que se seguem.

- 89** O objeto do juízo de admissibilidade são os requisitos necessários para que o órgão *ad quem* possa apreciar o mérito do recurso, a fim de dar-lhe ou negar-lhe provimento.
- 90** A desistência do recurso, depois de recebido e antes de seu julgamento pelo tribunal, não se condiciona ao consentimento do recorrido.

Marcos, foi contratado aos dezesseis anos de idade, em 1.º/6/1999, por prazo indeterminado, como auxiliar de serralheiro em obra executada pela construtora Segurança Engenharia Ltda. Faziam parte do contrato jornada de segunda a quinta-feira, de 7 h às 17 h, com uma hora de intervalo, e na sexta-feira, de 7 h às 16 h, também com uma hora de intervalo, salários semanais de R\$ 75,00 e vale-refeição no valor diário de R\$ 4,00. Nada recebia a título de horas extras.

Em 1.º/12/1999, foi constatado, por meio de inspeção realizada pela delegacia regional do trabalho, serem insalubres as condições em que eram prestados os serviços de serralharia nessa obra. Em 2/10/2000, Marcos passou a exercer a função de auxiliar de pedreiro. Foi mantida a mesma jornada de trabalho e fixados salários de R\$ 70,00 semanais, em atenção às normas internas da empresa aplicáveis a esse outro cargo. O empregado foi dispensado sem gozar férias em 1.º/12/2001, quando foi concluída a obra.

A respeito da situação hipotética acima descrita, julgue os itens a seguir.

- 91** Se Marcos pudesse fazer-se substituir por outro trabalhador, sem que lhe fosse necessária autorização expressa ou tácita da empresa, estaria afastada a possibilidade de haver vínculo de emprego entre Marcos e essa empresa.
- 92** A contratação de Marcos foi irregular, posto que, sendo menor, somente poderia ter sido contratado na condição de aprendiz.
- 93** Se tivesse sido prevista em acordo expresso de compensação de horário, a jornada a que Marcos foi submetido seria lícita, mesmo sendo ele menor.
- 94** Marcos adquiriu apenas dois períodos integrais de férias. O primeiro deles deve ser pago em dobro por não ter sido concedido até o término do período aquisitivo, em 1.º/6/2000.
- 95** Deverá haver recolhimento de depósitos de FGTS sobre o valor das férias vencidas indenizadas que serão pagas a Marcos. Todavia, não incidirão depósitos fundiários sobre o valor dos vales-refeição.
- 96** Se Marcos, no curso do contrato de trabalho, houvesse sido incorporado ao serviço militar obrigatório, seu contrato de trabalho não seria necessariamente rescindido. Após sua baixa, ele deveria exercer a opção pelo retorno ao labor no prazo decadencial de trinta dias, mediante comunicação escrita (carta registrada ou telegrama) à empregadora.
- 97** A alteração da função desempenhada por Marcos não apenas foi lícita, mas também obrigatória. Por tal razão, e ante as normas internas da empresa, foi igualmente lícita a alteração havida em seus salários.

98 Se a empresa se recusasse a proceder à alteração nas funções de Marcos, o representante legal do obreiro poderia, antes que este completasse a idade de dezoito anos, requerer a extinção do contrato de trabalho, sem prejuízo do recebimento do décimo terceiro salário proporcional do ano da rescisão.

99 Pelo período trabalhado em condições insalubres, Marcos fez jus ao adicional de insalubridade, a ser calculado sobre o valor do salário mínimo legal vigente à época. Se houvesse sido também constatada a existência de condições de risco nesse trabalho, o menor faria jus, cumulativamente, ao adicional de periculosidade.

100 A conclusão da obra não justifica juridicamente a dispensa de Marcos, sendo, portanto, devido a ele o pagamento do adicional de 40% sobre o FGTS de todo o contrato de trabalho.

O Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Recife – PE propôs reclamatória trabalhista, em nome próprio, postulando, em favor de associados que são empregados da Construtora Futuro Ltda., adicional de insalubridade a esses obreiros, que participaram da operação de uma usina de cimento localizada no município de Recife. A ação teve valor estimado no que equivalia, então, a cem salários mínimos.

Cientificado pelo sindicato reclamante da natureza e abrangência da matéria posta em juízo, o Ministério Público do Trabalho requereu sua intervenção no feito, na condição de fiscal da lei, o que foi deferido.

Após colhida a defesa da reclamada em audiência de conciliação e julgamento, cinco dos empregados da reclamada, associados ao sindicato, apresentaram requerimentos formais e individuais de desistência do feito. Tais requerimentos contaram com anuência da empresa reclamada.

No curso da instrução processual, foram colhidos depoimentos testemunhais e foi determinada a produção de perícia técnica. Foram indeferidos os requerimentos feitos por ambas as partes no sentido de lhes ser permitido designar assistentes técnicos. As partes não formularam protestos. Após a apresentação do laudo e de sua vista pelos litigantes, a instrução foi encerrada pelo julgador de origem. Posteriormente, foi prolatada a sentença, em que foram acatadas as conclusões lançadas no laudo do perito do juízo, no sentido da inexistência de condições insalubres de trabalho.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

101 Na reclamatória descrita, o sindicato obreiro apresentou-se como substituto processual. Essa substituição foi processualmente admissível e, no caso relatado, abrangeu, inclusive, os empregados pertencentes a categorias profissionais diferenciadas.

102 A desistência formulada individualmente pelos obreiros foi admissível, ainda que a reclamatória tivesse sido ajuizada por seu sindicato.

103 No caso descrito, o julgador deveria ter facultado a vista do laudo pericial às partes em prazo comum de cinco dias. Quanto à prova testemunhal, cada uma das partes poderia ter apresentado, no máximo, até duas testemunhas.

104 O sindicato reclamante não poderia, no caso descrito, pretender a anulação da sentença de primeiro grau sob o fundamento de que sofreu cerceio de defesa ao ter indeferida a indicação de seu assistente técnico.

105 Ainda que a reclamada não fosse pessoa integrante da administração pública, o Ministério Público poderia recorrer da sentença prolatada. Mesmo que não o fizesse, e a sentença transitasse em julgado, o Ministério Público seria parte legítima para ajuizar ação rescisória, fundada na alegação da ocorrência de violação a literal disposição de lei.

Julgue os itens subsequentes, relativos à disciplina jurídica do processo trabalhista.

106 Em decorrência da unicidade sindical, o sindicato dos trabalhadores do comércio de determinado município poderá suscitar dissídio coletivo contra uma empresa naquela base territorial, no caso de ser autorizado pela assembléia de trabalhadores de toda a categoria profissional no município, ainda que contra o voto da maioria dos empregados dessa empresa.

107 Considere a seguinte situação hipotética.

Foi proposta, em dezembro de 2002, reclamatória trabalhista em que o obreiro reclamante contava com a assessoria jurídica provida por seu sindicato. Pela ausência do trabalhador, a reclamatória foi arquivada em fevereiro de 2003, não tendo sido concedida a justiça gratuita.

Nessa situação, mesmo não sendo parte no feito, o sindicato responderá solidariamente pelo pagamento das custas.

108 A expedição de ordem de penhora de bem pertencente a pessoa absolutamente alheia à decisão exequenda pode ser impugnada pela via do mandado de segurança.

109 Em reclamatória trabalhista, foram formulados dois pedidos cumulativos. A sentença proferida se pronunciou quanto a apenas um deles. Se transitar em julgado essa sentença, a sua desconstituição por meio de ação rescisória somente será admitida se a omissão houver sido previamente apontada em embargos declaratórios.

110 Caberá agravo de instrumento nas decisões em que o juízo recorrido denegar processamento ao recurso destinado à instância superior, tanto nos recursos dirigidos ao TRT quanto nos recursos dirigidos ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Quanto ao TST, à sua composição e aos seus ministros, julgue os itens a seguir.

111 O TST é formado por dezessete ministros, nomeados pelo presidente da República após o nome de cada um haver sido aprovado pelo Senado Federal. Se, em determinada ocasião, o tribunal estiver com três vagas em seu quadro, cada nome a ser encaminhado em lista ao chefe do Poder Executivo deverá ser aprovado por, no mínimo, oito ministros.

112 Compete aos TRTs compor e remeter ao TST as listas sêxtuplas com os nomes dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) concorrentes à vaga de ministro do TST destinada ao Ministério Público.

113 Considere a seguinte situação hipotética.

Maria e Carmem são ministras do TST, ambas empossadas em 5/5/2003. Maria tem quarenta anos e foi nomeada em 17/3/2003, ao passo que Carmem tem 45 anos e foi nomeada em 2/4/2003.

Nessa situação, nos termos regimentais, Maria deverá ser considerada ministra de maior antiguidade em relação à ministra Carmem.

114 Considere a seguinte situação hipotética.

Os ministros A, B e C são, respectivamente, presidente, vice-presidente e corregedor-geral do TST. Um ano antes do prazo previsto para o término de seu mandato, o ministro A morreu.

Nessa situação, o ministro B assumirá a presidência do tribunal e deverá convocar sessão do Plenário para se eleger apenas o ministro que assumirá o cargo de presidente até o término previsto do mandato do ministro falecido.

Em relação à polícia e às comissões do TST, julgue os itens seguintes.

115 A Constituição da República atribui ao Ministério Público (MP) e não ao Poder Judiciário a competência para promover a ação penal e supervisionar as investigações necessárias a esse fim. Em consequência e estritamente de acordo com o Regimento Interno do TST (RITST), sempre que ocorrer infração penal nas dependências do órgão, deve o presidente do TST limitar-se a comunicar o fato ao MP.

116 A presidência de cada uma das comissões previstas no RITST caberá ao ministro eleito pelos componentes da respectiva comissão.

A respeito de competências no TST e especialmente as da Seção Administrativa do TST, julgue os seguintes itens.

117 Assim como ocorre em outros tribunais superiores, o Plenário do TST não tem competência de natureza verdadeiramente jurisdicional, uma vez que esta foi redistribuída às seções e ao órgão especial do TST. As competências do Plenário são eminentemente administrativas.

118 Nem todas as decisões dos TRTs em matéria administrativa comportam recurso administrativo dirigido à Seção Administrativa do TST.

No atinente ao MPT e à Secretaria-Geral do TST, julgue os itens em seguida.

119 A intervenção do MPT nos processos em curso no TST ocorre, basicamente, em três gêneros de casos: aqueles em que a lei ou o próprio RITST assim o determine, aqueles em que o relator considere que o MPT deva analisar a necessidade de manifestar-se na causa, em virtude da relevância dela, e aqueles em que o próprio MPT requeira tal intervenção, por julgar presente interesse público no feito.

120 Se um filho de um ministro em atividade no TST for empossado, em virtude de aprovação em regular concurso público, no cargo de auxiliar judiciário do quadro desse tribunal, ele poderá ser nomeado para ocupar cargo em comissão no órgão, desde que não tenha de servir junto ao referido ministro.

Os recursos humanos vêm-se tornando um dos principais ativos das organizações na sociedade moderna. Para alcançar os objetivos almejados, as organizações têm investido continuamente no desenvolvimento de seus empregados, utilizando técnicas relacionadas à administração de recursos humanos. Com relação a esse tema e aos assuntos a ele pertinentes, julgue os itens subsequentes.

121 Entre os vários métodos de avaliação de cargos — procedimento que ressalta o conteúdo dos cargos e as características das pessoas que os ocupam —, destaca-se o método da comparação de fatores, por meio do qual, com base no princípio do escalonamento, analisa-se determinado cargo a partir de fatores como habilidades demandadas e requisitos mentais.

122 Em uma entrevista de seleção de recursos humanos, o entrevistador deve estar devidamente treinado para que sejam evitadas distorções perceptivas que possam inviabilizar o sucesso da seleção de pessoal. Ele, além de ficar atento para não encorajar o entrevistado a perguntar sobre a organização, deve emitir opiniões pessoais, de modo a otimizar o processo em curso.

123 A avaliação de desempenho auxilia a organização a definir as bases de recompensas de acordo com o desempenho dos avaliados, bem como fornece ao empregado uma resposta acerca da realização de suas tarefas.

124 No que tange à avaliação de desempenho, uma das principais vantagens da utilização do método de escolha forçada é a obtenção de informações detalhadas do desempenho do indivíduo na organização. Já o método das escalas gráficas destaca-se por assegurar maior flexibilidade ao avaliador na análise do desempenho do indivíduo.

125 O treinamento — um dos principais instrumentos da administração de recursos humanos — envolve algumas etapas fundamentais, tais como: levantamento de necessidades de treinamento, programação de treinamento, implementação e avaliação dos resultados.

126 A avaliação e a classificação de cargos são dois importantes componentes da administração salarial. Assim, a política salarial de determinada organização deve apresentar a estrutura de cargos e salários, a definição de salários de admissão para as classes salariais e a previsão de reajustes salariais.

O planejamento estratégico ocupa, entre outros, papel importante na definição dos cursos de ação a serem seguidos por uma empresa. Com relação ao planejamento estratégico, julgue os itens que se seguem.

127 O planejamento estratégico tem início com a elaboração do diagnóstico estratégico, e posteriormente a organização estabelece sua missão, seus valores, seus objetivos, suas estratégias e metas.

128 É fundamental a definição dos objetivos da organização no planejamento estratégico, os quais devem ser, sempre que possível, hierárquicos bem como realistas, consistentes e motivadores.

129 No planejamento estratégico, são definidos apenas dois mecanismos de controle e de avaliação, a serem empregados em momentos específicos: o controle preliminar, efetuado antes da ocorrência do evento que se pretende controlar, e o controle corrente, efetuado ao mesmo tempo da ocorrência do evento que se pretende controlar.

130 A missão, a razão de ser da empresa, exerce função orientadora e delimitadora da ação empresarial, devendo sempre ser realista, motivadora e quantitativa.

Acerca de noções de auditoria, julgue os itens subseqüentes.

131 Salvo declaração expressa em contrário, constante do parecer, o auditor considera adequadas e suficientes, para o entendimento por parte dos usuários, as informações divulgadas nas demonstrações contábeis, em relação tanto ao conteúdo quanto à forma.

132 O parecer do auditor independente tem por limite os próprios objetivos da auditoria das demonstrações contábeis, não representando garantia de viabilidade futura da entidade ou algum tipo de atestado de eficácia da administração na gestão dos negócios.

133 O parecer da auditoria é de exclusiva responsabilidade de contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade ou de economista registrado no Conselho Regional de Economia.

134 Os testes de observância visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração estejam em efetivo funcionamento e cumprimento.

135 Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto aos critérios de avaliação patrimonial aplicados pela entidade.

136 Os papéis de trabalho, conjunto de documentos e apontamentos com informações e provas coligidas pelo auditor, preparados de forma manual, por meios eletrônicos ou por outros meios, constituem a evidência do trabalho executado e o fundamento da opinião emitida pelo auditor.

137 O planejamento dos trabalhos de auditoria pressupõe conhecimento das atividades, mas não dos fatores econômicos e do nível geral de competência da administração da entidade a ser auditada.

138 Risco de auditoria é a possibilidade de o auditor vir a emitir uma opinião tecnicamente inadequada sobre demonstrações contábeis significativamente corretas.

139 Quando constatar que há evidências de riscos na continuidade normal das atividades da entidade, o auditor independente deverá, em seu parecer, mencionar, em parágrafo de ênfase, os efeitos que tal situação poderá determinar na continuidade operacional da entidade, de modo que os usuários tenham adequada informação.

140 O auditor deve emitir parecer sem ressalva em caso de auditoria independente de demonstrações contábeis de entidades, públicas ou privadas, sujeitas a regulamentação específica quanto à adoção de normas contábeis próprias do segmento econômico, mesmo quando elas forem significativamente conflitantes com os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade e, no que for pertinente, com a legislação específica.

balanço patrimonial em 31/12/2002			
ativo	R\$ mil	passivo	R\$ mil
circulante	272.400	circulante	311.400
disponibilidade	25.000	contas a pagar	76.900
contas a receber	112.000	empréstimos bancários	20.000
estoques	132.000	tributos a pagar	124.000
despesas per. seguinte	1.200	pessoal a pagar	68.700
outros realizáveis	2.200	dividendos a pagar	19.000
realizável a longo prazo	25.000	outros	2.800
títulos a receber	25.000	resultado de exercícios futuros	12.000
permanente	293.500	patrimônio líquido	267.500
investimentos	43.000	capital social	200.000
imobilizado	226.000	reservas de capital	20.000
diferido	24.500	reservas de lucros	35.000
		lucros acumulados	12.500
total do ativo	590.900	total do passivo	590.900

No que se refere a contabilidade, julgue os itens que se seguem, relativos ao balanço apresentado acima.

- 141** Havendo compra adicional de máquinas e equipamentos de ativo imobilizado por R\$ 12.000 mil, à vista, o valor total do passivo apresentado no balanço não se altera.
- 142** A operação de compra de ativo imobilizado à vista corresponde a um fato contábil modificativo.
- 143** Admitindo-se a venda de mercadorias isentas de tributos por R\$ 15.000 mil, a prazo, com custo de R\$ 8.000 mil a ser baixado do estoque, mediante o sistema de inventário permanente, o ativo passará a ter valor superior a R\$ 597.000 mil.
- 144** Admitindo-se a venda de mercadorias isentas de tributos por R\$ 15.000 mil, a prazo, com custo de R\$ 8.000 mil a ser baixado do estoque, por meio do sistema de inventário permanente, o patrimônio líquido passará a ser superior a R\$ 275.000 mil.
- 145** Admitindo-se a venda de mercadorias isentas de tributos por R\$ 15.000 mil, a prazo, com custo de R\$ 8.000 mil a ser baixado do estoque, mediante o sistema de inventário permanente, o ativo circulante apresentará valor superior a R\$ 278.000 mil.

Com referência a conceitos de contabilidade, julgue os itens seguintes.

- 146** Receitas financeiras devem ser registradas a débito empréstimos do passivo exigível.
- 147** Conforme prevê a Lei das S.A., o lucro operacional deve aparecer, na demonstração do resultado, antes da provisão para imposto de renda.
- 148** O exercício social de uma companhia aberta tem duração de um ano e a data do término deve ser fixada no estatuto social.
- 149** No balanço, os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, devem ser avaliados pelo preço de venda, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior.
- 150** As participações não-permanentes em outras sociedades devem ser classificadas em investimentos no balanço patrimonial.

PROVA DISCURSIVA

Na prova a seguir — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Utilize, no mínimo, **trinta** e, no máximo, **sessenta** linhas. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **trinta** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Na **folha de texto definitivo da prova discursiva**, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Os técnicos do DIEESE somam o desemprego aberto (de quem procura emprego e não executou nenhum tipo de atividade remunerada na semana anterior à entrevista), o desemprego oculto pelo trabalho precário (de quem fez algum trabalho temporário na semana anterior à pesquisa e procurou emprego) e o desemprego oculto pelo desalento (de quem desistiu temporariamente de procurar trabalho) para chegar a uma taxa de desemprego total, que em maio de 2003 foi de 20,6%.

Economia. In: O Globo, 13/7/2003 p. 36 (com adaptações).

Foi justamente a contradição entre o crescimento econômico e a distribuição de riqueza que levou a Organização das Nações Unidas a adotar o conceito de desenvolvimento humano em 1990. Antes, o método de avaliar o progresso de um país exclusivamente pelo crescimento de seu PIB *per capita* ocultava distorções cruciais, como a má distribuição de riqueza interna.

IstoÉ, 16/7/2003 (com adaptações).

Considerando que as idéias apresentadas nos fragmentos de textos acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se acerca do seguinte tema:

PAÍS DESENVOLVIDO: EQUILÍBRIO ENTRE TRABALHO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.